

VINCULAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA E DESEMPENHO FINANCEIRO DE ESTATAIS NO BRASIL
PARTY-POLITICAL LINKAGE AND FINANCIAL PERFORMANCE OF GOVERNMENT COMPANIES
IN BRAZIL

VINCULACIÓN POLÍTICO-PARTIDARIA Y DESEMPEÑO FINANCIERO DE EMPRESAS DEL
ESTADO EN BRASIL

Andréa de Oliveira Gonçalves

Doutora Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo - USP

Professora no programa de pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília - UnB

Endereço: UnB, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, CEP: 70910-900. Brasília, DF, Brasil

Telefone: (61) 3107-0812

E-mail: andreagon@unb.br

Eliedna de Sousa Barbosa

Doutoranda em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília - UnB

Professora da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Endereço: UEPB, R. Baraúnas, 351, Bairro Universitário, CEP: 58429-500, Campina Grande, PB, Brasil

Telefone: (83) 3344-5311

E-mail: eliedna.barbosa@gmail.com

Sérgio Carlos dos Santos

Doutorando em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília - UnB

Professor Adjunto da Faculdade Araguaia - Fara

Endereço: Fara, R. 18, n. 81, Centro, CEP: 74030-040. Goiânia, GO, Brasil

Telefone: (62) 3224-8829

E-mail: sergiocarlos2006@yahoo.com.br

Paulo Roberto Barbosa Lustosa

PhD em Contabilidade e Controladoria, Universidade de São Paulo – USP

Professor Titular de contabilidade financeira e gerencial da Universidade de Brasília - UnB

Endereço: UnB, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, CEP: 70910-900. Brasília, DF, Brasil

Telefone: (61) 3107-0895

E-mail: lustosa@unb.br

Artigo recebido em 10/07/2017. Revisado por pares em 07/08/2017. Reformulado em 23/10/2017. Recomendado para publicação em 10/12/2017. Publicado em 30/04/2017. Avaliado pelo Sistema *double blind review*.



RESUMO

O artigo compara, por ciclos políticos, a vinculação político-partidária de altos dirigentes e os indicadores de desempenho financeiros em estatais geradoras de energia do Grupo Eletrobrás, Brasil. Trata-se de um estudo exploratório, descritivo e de natureza quanti-quali. Os dados foram coletados nas bases da SIEST/DEST, TSE e nos Relatórios de Administração e Relatórios Anuais do Perfil das Empresas Estatais Federais. Os resultados sugerem que os desempenhos deficitários dessas estatais não apresentam diferença estatisticamente significativa entre os ciclos 1 e 2, mas, o segundo ciclo apresentou maior média de vinculação político-partidária com diferença estatisticamente significativa, corroborando com análise da *Public Choice*.

Palavras chave: Dirigentes de alto nível; Vinculação político-partidária; Geração de energia elétrica.

ABSTRACT

This paper compares, in political cycles, the party-political linkage of chief executives and the indicators of financial performance in electric power production state companies of the Eletrobrás Group, in Brazil. It is an exploratory, descriptive study and of quantitative-qualitative nature and the data was collected from the SIEST/DEST, TSE databases and from the Administration Reports and Annual Reports of the Profiles from the Federal State Companies. The results suggest that the deficit performance of these state companies do not present statistically significant differences between cycles 1 and 2, however, the second cycle presented higher average of party-political linkage with statistically significant difference, corroborating with the analysis from *Public Choice*.

Keywords: Chief executives; Party-political linkage; Electric Power Production.

RESUMEN

El artículo compara, por ciclos políticos, la vinculación político-partidaria de altos dirigentes y los indicadores de desempeño financieros en empresas de estado generadoras de energía del Grupo Eletrobrás, Brasil. Se trata de un estudio exploratorio, descriptivo y de naturaleza cuanti y cualitativo, los datos han sido recolectados en las bases de la SIEST/DEST, TSE y en los Informes de Administración e Informes Anuales del Perfil de las Empresas Gubernamentales Federales. Los resultados sugieren que los desempeños deficitarios de esas empresas no presentan diferencia estadísticamente significativa entre los ciclos 1 y 2, pero, el segundo ciclo presentó un promedio más elevado de vinculación político-partidaria con diferencia estadísticamente significativa, corroborando con un análisis de la *Public Choice*.

Palabras clave: Dirigentes de alto nivel; Vinculación político-partidaria; Generación de energía eléctrica.

1 INTRODUÇÃO

A Administração Pública brasileira transita, ao longo dos anos, em diferentes modelos ou estruturas de gestão. Prevaleceu o modelo patrimonialista de 1500 a 1930, seguido do burocrático, de 1930 a 1990. De 1990 a 2000 foi a vez do gerencialista e, a partir de 2000, o societal. Contudo, há discussões sobre a efetiva demarcação cronológica entre os modelos supracitados, posto que estudos identificaram a inexistência de encadeamento sucessivo entre os modelos, de modo a coexistirem, simultaneamente, mais de um modelo na estrutura brasileira (PAES DE PAULA, 2005; COSTA, 2008; SECCHI, 2009; MATIAS-PEREIRA, 2013).

Dentro desse contexto, destaca-se que na década de 1940, frente à rígida burocracia da administração direta e o incipiente setor privado nacional, as empresas estatais surgiram como uma solução. Com efeito, elas desempenharam um papel importante ao atingir um crescimento econômico recorde no início da década de 1970. No final de 1979, surge a Secretaria de Controle de Empresas Estatais (SEST), criada como órgão central do subsistema de controle de recursos e dispêndios de empresas estatais, no âmbito do Sistema de Planejamento Federal. Hoje, alterada a denominação para Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), tem ampliado a sua atuação sendo, também, indutor de boas práticas de gestão e referência em governança corporativa para o setor público, conforme informações disponibilizadas pelo site oficial do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (2017).

Contudo, em meio a esses acontecimentos, a *Public Choice*, ou Teoria da Escolha Pública – disseminada nos estudos acadêmicos, principalmente nas áreas de economia, ciência política e sociologia –, demonstrava que os gastos públicos e a burocracia tornavam a empresa pública menos eficaz que a empresa privada. Segundo Pereira (1997) e Borges (2001), essa teoria enfatiza a noção de comportamento maximizador da utilidade ou do bem-estar dos agentes individuais (*homo economicus*). É caracterizado pelo egoísmo e racionalidade na busca incessante de vantagens e interesses pessoais, de acordo com os conceitos da economia clássica, que geram equilíbrio e eficiência geral no ambiente competitivo do mercado.

Nesse sentido, D'Araújo (2009) investigou em detalhes os cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) da administração pública federal, no âmbito do Poder Executivo, nos dois ciclos de governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2011), com ênfase na formação acadêmica, nas carreiras profissionais, nos vínculos associativos e políticos dessa elite dirigente. Todavia, seus achados causam inquietudes e foram motivadores para, respaldado na *Public Choice*, buscar estudar, em empresas estatais, as vinculações político-partidárias dos ocupantes de cargos de DAS, que será tratado nesse estudo como dirigentes de alto nível.

Aproveita-se, especificamente no cenário brasileiro, o setor elétrico – devido as características que possui, sua forte intervenção estatal desde a sua criação e sua relevância no crescimento econômico, no bem-estar social e na produção nacional –, que passa por momentos preocupantes de crises e diversos problemas. Identificamos, também, a maioria das pesquisas nesse setor tem sido direcionada nos segmentos de distribuição e de transmissão de energia. Assim, percebe-se a existência de uma lacuna nas estatais geradoras de energia que fazem parte do Grupo Eletrobrás – no qual este estudo se delimitou, dentro do contexto aqui proposto.

Considerando o exposto, surge a seguinte questão de pesquisa: **Como a vinculação político-partidária dos altos dirigentes e o desempenho financeiro das estatais geradoras de energia do Grupo Eletrobrás se comportam quando comparadas por ciclos políticos?** E, nesse sentido, o presente estudo objetiva comparar, por ciclos políticos, o comportamento da vinculação político-partidária de dirigentes de alto nível e o desempenho dos indicadores econômico-financeiros das estatais geradoras de energia do Grupo Eletrobrás. Tem-se como objetivos específicos: i) apresentar o setor de geradoras de energia do Grupo Eletrobrás; ii) descrever os indicadores econômico-financeiros como medida de desempenho e iii) comparar por ciclos políticos as conexões políticas dos dirigentes de alto nível.

Ao final, este estudo busca contribuir com a discussão da temática, especificamente no que se refere à vinculação político-partidária dos dirigentes de alto nível, o desempenho de empresas estatais e a validade de manter tais empresas sob o comando do Estado. Para tanto, está organizado em cinco seções: sendo a primeira esta introdução; a segunda seção apresenta o referencial teórico, com destaque à *Public Choice* que fundamenta o tema

proposto; seguida na terceira seção, com a apresentação da metodologia utilizada; os resultados encontram-se na quarta seção e, por fim, na quinta seção, estão as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA (*PUBLIC CHOICE*)

A importância do campo de conhecimento da Administração Pública vem ganhando demandas que permeiam a discussão do alcance da eficiência, eficácia e efetividade dos bens e serviços gerados para a promoção do bem-estar social. Tais requisições se tornam mais acaloradas e passam a dominar a agenda da maioria dos países, quando o fator adoção de políticas restritivas de gasto é ressaltado, principalmente em períodos de crise.

Comparando Democracia e Eficiência em tempos de crises financeiras, o estudo de Rodrigues (2017) verificou a existência de uma relação linear inversa entre Desempenho Financeiro e Democracia. Essa dicotomia entre as aspirações da população (Democracia e Eficiência) são exemplos da complexidade da Administração Pública que busca conciliar desejos da população e ações de governo. Porém, por vezes, esses são antagônicos, como, por exemplo, as visões sobre o papel do governo guiadas pela ênfase no ajuste fiscal, pela necessidade de atingir o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, promover a inclusão social da população menos favorecida.

Nessa perspectiva, a *Public Choice* surge como um modelo de análise para tratar a natureza e as características do que se entende por bem ou serviço público. Também busca clarificar problemas inerentes à tomada de decisão de efeito coletivo, assim como identificar alguns dos problemas do setor público e do sistema político, especificamente no que tange à ineficiência da Administração Pública, à rigidez constitucional, à atuação de *lobbies* e ao financiamento ilegal de partidos políticos. Sua abordagem é sobretudo processual, na qual cada escolha coletiva é resultado das preferências dos agentes nela envolvidos e das regras e procedimentos que permitem passar de preferências diversas de cada indivíduo para uma única escolha coletiva (PEREIRA, 1997).

A *Public Choice* foi escrita por economistas e um cientista político, nos finais da década de 1950 e na década de 1960. Cabe destacar os seguintes autores: Duncan Black, James Buchanan, Gordon Tullock, Mancur Olson, Kenneth Arrow, Anthony Downs e William Riker. Segundo Campos (2008), constitui-se em uma abordagem interdisciplinar da relação entre economia e política. Para Andrews & Kouzmin (1998), ela assume o pressuposto de que o auto interesse é a principal – senão a única – explicação para o comportamento humano, em que os indivíduos são motivados por incentivos e, principalmente, por sanções.

Essa teoria defende os seguintes pontos básicos: i) incremento nos incentivos econômicos ou de mercado para a gerência do setor público; ii) os indivíduos são egoístas, agem racionalmente em direção ao próprio interesse; iii) a burocracia estatal é vista como participante ativa do governo e os burocratas são apresentados como agentes dinâmicos que lutam para aumentar sua dotação orçamentária, para ampliar seu círculo de poder e, principalmente, para se manterem nos cargos; iv) a racionalidade de cada um visa, unicamente, maximizar seus próprios interesses; v) nesse jogo de maximização de interesses cruzados e inter-relacionados, o resultado final é o bem-comum, e o interesse individual é sempre diferente do interesse coletivo (MASCARENHAS, 1993).

Contudo, de acordo com Andrews & Kouzmin (1998), as críticas aos pressupostos da teoria da *Public Choice* vêm crescendo no âmbito acadêmico e técnico. Esses discursos pretendem resgatar a administração gerencial das limitações teóricas dessa teoria, apresentando soluções “pós-modernas” e livre de ideologia para o problema do governo.

Dessa forma, embora a *Public Choice* seja de natureza econômica, oferece reflexões para diversas áreas do conhecimento. Afinal, trata de problemas que envolvem questões de Estado, bem como organização política e administrativa.

2.2 A REGULAÇÃO

Na crise econômica de meados dos anos 1970, desenvolve-se a Escola de Regulação. Isso acontece a partir de uma crítica do marxismo ortodoxo, reconhecendo que o ponto de partida deve ser exatamente o impacto das relações sociais sobre a regularidade econômica (BOYER, 1990). O trabalho pioneiro é de autoria de Michael Aglietta, que desenvolveu o principal corpo teórico dentro da Escola Francesa de Regulação.

Segundo Canuto (1988), o conceito de regulação social utilizado pelos autores ligados à Escola Francesa de Regulação é diretamente remetido à noção de reprodução de Marx. Romeiro e Silveira (1997) proferem que o objetivo do conceito de regulação é chamar a atenção para as formas que a sociedade cria para superar a natureza contraditória de suas relações sociais. Isto é, qual o modo, os mecanismos, os instrumentos e as instituições capazes de assegurar a continuidade do sistema.

Nesse contexto, é comum a formação de monopólios naturais em serviços de utilidade pública como transmissão e distribuição de energia elétrica, fornecimento de água, sistema de esgotos, dentre outros (BASSO; SILVA, 2000). Ainda nesse sentido, Ramalho (2009) reforça que, em casos de monopólios ou mercados com estruturas produtivas partilhadas, a regulação, mediante intervenção estatal, deve operar com fins de incentivar o alcance da eficiência. Tal natureza monopolista ocorre diante da inexistência de substitutos perfeitos.

No Brasil, a abertura de mercado se deu a partir 1990. Esse período marcou também a criação das agências reguladoras em decorrência das privatizações em diversos setores. Diante da falta de políticas bem definidas, a ausência de separação clara entre política e administração, bem como quanto aos poderes assumidos por parte das agências reguladoras brasileiras, a regulação está focada apenas em controlar as empresas. Contudo, deveriam buscar também o equilíbrio entre interesses públicos e privados (SILVA; GALDI; TEIXEIRA, 2010).

Assim, a reforma regulatória se fez necessária para possibilitar que agentes do mercado prestem serviços públicos preservando o desenvolvimento econômico e o bem-estar dos consumidores do referido serviço prestado. Ramalho (2009) destaca a falta da definição específica das funções e atribuições das agências na estrutura do Estado, a falta de profissionalização e a diversidade do quadro de pessoal, como fatores que prejudicam seu desempenho, e alerta para a necessidade de evolução da governança no âmbito das agências reguladoras no Brasil. Essas necessitam possuir maior transparência, adotar em sua gestão a *accountability* e o controle deve ser realizado pela sociedade e seus representantes no Congresso Nacional – não por ministérios do próprio governo, como atualmente ocorre.

Dessa forma, o fortalecimento das agências é imprescindível para a concretização do Estado social. Assim, o processo de regulação não terá mais como retroceder no cenário que está inserido, a fim de consagrar a sua importância para o desenvolvimento econômico e social do país.

No Brasil, especificamente no que concerne ao setor de energia elétrica, a regulação é feita pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, criada por meio da Lei nº 9.427/96 e do Decreto nº 2.335/97. Iniciou suas atividades em dezembro de 1997, tendo como principais atribuições, conforme dados disponíveis em seu *site*: i) regular a geração (produção), transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; ii) fiscalizar, diretamente ou mediante convênios com órgãos estaduais, as concessões, as permissões e os serviços de energia elétrica; iii) implementar as políticas e diretrizes do governo federal relativas à exploração da energia elétrica e ao aproveitamento dos potenciais hidráulicos; iv) estabelecer tarifas; v) dirimir as divergências, na esfera administrativa, entre os agentes e entre esses agentes e os consumidores; e vi) promover as atividades de outorgas de concessão, permissão e autorização de empreendimentos e serviços de energia elétrica, por delegação do Governo Federal.

Com a abertura de mercado brasileiro a partir de 1990 junto as privatizações que vem sendo realizadas desde aquele período, é inegável a necessidade da existência das agências reguladoras. Entretanto, as atuais ainda carecem de políticas bem definidas e autonomia para que cumpram sua finalidade de manter o equilíbrio entre interesses públicos e privados.

Para tanto, exige-se debates em torno do grau de autonomia das agências reguladoras no Brasil. Esse não faz as distinções necessárias entre controle político e controle hierárquico, nem entre controle político e controle social. Assim, tende a remeter autonomia à ausência de controle (PACHECO, 2006).

Agências reguladoras fortes, com funções e atribuições bem definidas, com quadro de pessoal profissional e diverso, além de mecanismos de *accountability* que garantam controle pela sociedade e por seus representantes no Congresso Nacional, poderiam ser

ferramentas do Estado para direcionamento do mercado, dispensando a necessidade de se manter empresas estatais para cumprir esse papel, como é prática comum do Estado brasileiro nas esferas da União, dos Estados e dos Municípios.

2.3 OS CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES (DAS) NO BRASIL

Estão previstos na Constituição Federal (CF) de 1988, art. 37, os cargos em comissão ligados às atribuições de direção, chefia e assessoramento para as empresas públicas ou sociedades de economia mista. Desse preceito, resulta o acesso de dirigentes sem concurso aos níveis mais altos da hierarquia administrativa pública. E isso acaba por gerar questionamentos se os ocupantes desses cargos são de carreira técnico-profissional ou carreira política, uma vez que são indicados pelo poder político que estiver em vigência.

Esses cargos públicos de livre provimento possuem centralidade na organização da administração pública federal brasileira, e, na dicotomia entre administração e política, deveriam ser mais discutidos. Afinal, os poderes de nomeação e remoção são importantes instrumentos utilizados por agências estatais, partidos políticos ou blocos regionais (SOUZA, 2006; CÂMARA, 2009).

Os cargos de DAS foram criados através do Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, na intenção de aprimorar o funcionamento da administração pública. Os DAS se dividem em seis níveis hierárquicos (1 ao 6) e no organograma do Poder Executivo os postos de níveis 5 e 6. Estão logo abaixo dos ministros e secretários-executivos, desempenhando funções estratégicas no âmbito dos órgãos governamentais, sendo 6 o de maior poder de decisão. Segundo D’Araujo (2009), os cargos de DAS, com apenas algumas transformações, se mantêm até os dias atuais.

Em conformidade com o Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, e o Decreto nº 8.886, de 24 de outubro de 2016, em seus anexos, consta a classificação dos cargos de DAS, conforme Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Classificação de DAS - Direção e Assessoramento Superiores, para cargo de Direção

CÓDIGO DAS	DESCRIÇÃO
DAS 101.6	Secretário de área finalística, secretário-executivo adjunto, presidente de autarquia e fundação, subsecretário de órgão da Presidência da República, ouvidor-geral da União, corregedor-geral da União.
DAS 101.5	Chefe de gabinete de Ministro de Estado, diretor de departamento ou diretoria, diretor de programa, consultor jurídico, secretário de controle interno, subsecretário de ministério, procurador-chefe de procuradoria federal especializada, secretário-adjunto, chefe de assessoria especial.
DAS 101.4	Chefe de gabinete de secretário, coordenador-geral, chefe de gabinete de autarquias e de fundações, chefe de assessoria, auditor-chefe, auditor-interno, diretor-adjunto, procurador-chefe de procuradoria federal, gerente de projeto, corregedor, ouvidor, superintendente-geral, gerente regional, superintendente-regional, superintendente estadual.
DAS 101.3	Coordenador, superintendente, delegado.
DAS 101.2	Chefe de divisão.
DAS 101.1	Chefe de serviço, chefe de centro, chefe de distrito; DAS 102.6, assessor especial da Presidência da República.

Fonte: Elaboração própria com base no Decreto nº 6.944/ 2009 e no Decreto nº 8.886/2016 (2017).

Em decorrência do exposto, cabe ressaltar que este estudo se limita aos cargos de DAS de níveis 5 e 6. Assim, se estabeleceu por tais níveis terem se tornado o alvo de estudos. E, também, devido ao acompanhamento no cenário brasileiro, quanto ao risco de seus ocupantes serem nomeados por conveniências estritamente partidárias ou de ocasião, aparelhando o setor público por grupos organizados em prol de promoverem os seus próprios interesses, muitas vezes em detrimento do interesse público.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa classifica-se como um estudo exploratório descritivo, visando o alcance do objetivo geral deste artigo. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para o levantamento da contextualização da temática discutida, servindo de base para a análise dos resultados. Em seguida, foi estabelecido como universo de exame as empresas estatais do setor elétrico no Brasil, sendo dele extraída uma amostra não probabilística por acessibilidade, delimitando-se ao segmento de geração de energia do Grupo Eletrobrás que é composto pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (Eletrobrás CGTEE) e pela Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear).

Como esta pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2016, a janela temporal para análise correspondeu a dois ciclos políticos do Governo Federal, sendo o primeiro (2007/2010) e o segundo (2011/2014), apresentados nos resultados como: Ciclo 1 e Ciclo 2, respectivamente.

Em seguida, foram levantadas as variáveis apresentadas por códigos na Tabela 2 a seguir, coletadas nos *sites* oficiais da seguinte forma: os dirigentes, os indicadores, as receitas e as despesas totais no Sistema de Informações Estatais (SIEST) e no Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), as doações e filiações partidárias no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e outras informações qualitativas na página da Eletrobrás CGTEE e da Eletronuclear.

Tabela 2 - Variáveis utilizadas na pesquisa

CÓDIGOS	VARIÁVEIS
ID EO (%)	Indicador de Endividamento Oneroso - mede a participação de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis em relação ao total do passivo, sua interpretação consiste em quanto maior, maior a despesa financeira, sendo sua fórmula: $ID\ EO = \frac{(Empréstimos + Financiamentos + Arrendamento\ Mercantil\ Financeiro + Debêntures)}{Passivo\ Total}$
ID LC	Indicador de Desempenho Liquidez Corrente - indica a capacidade de pagamento da empresa no curto prazo, sua interpretação consiste em quanto maior, melhor, sendo sua fórmula: $LC = \frac{Ativo\ Circulante}{Passivo\ Circulante}$
ID ROA (%)	Indicador de Desempenho Retorno sobre o Ativo Total - indica a rentabilidade das operações da empresa em relação aos seus ativos médios, sua interpretação consiste em quanto maior, melhor, sendo sua fórmula: $ROA = \frac{Lucro\ Operacional\ do\ ano}{\frac{(Ativo\ total\ do\ ano + Ativo\ total\ do\ ano\ anterior)}{2}}$
RT	Receita Total (Orçamentos de Custeio e Investimentos)
DT	Despesa Total (Orçamentos de Custeio e Investimentos)
DAN	Dirigentes de Alto Nível (DAS 5 e 6)
DF	Dirigentes Filiados
DF PT	Dirigentes Filiados ao Partido dos Trabalhadores
DF PSDB	Dirigentes Filiados ao Partido da Social Democracia Brasileira
DF PMDB	Dirigentes Filiados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro
DC	Dirigentes Candidatos
DD	Dirigentes Doadores
DDF	Dirigentes Doadores Filiados
DDNF	Dirigentes Doadores Não Filiados

DDF PT	Dirigentes Doadores Filiados ao Partido dos Trabalhadores
DDNF PT	Dirigentes Doadores Não Filiados ao Partido dos Trabalhadores
DDNF PMDB	Dirigentes Doadores Não Filiados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Contudo, ressalta-se que, em relação as variáveis de indicadores de desempenho e de dirigentes, o período de estudo correspondeu a sete (7) exercícios financeiros. Iniciou-se em 2008 e finalizou-se em 2014, devido a disponibilização dos dados no (SIEST) começarem pelo exercício de 2007.

Com os dados coletados e tabulados, foi realizada a deflação das variáveis monetárias, por meio do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Mediu-se mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), proporcionando a devida comparação de exercícios diferentes em uma mesma moeda. Para apresentação e discussão dos resultados, utilizou-se da estatística descritiva, da elaboração de gráficos e da aplicação do teste não paramétrico de *Wilcoxon* através do *Action Stat*.

Cabe destacar que, diante das características do tamanho pequeno da amostra, com dados quantitativos e qualitativos, e desconhecendo a distribuição das variáveis, optou-se pelo teste de *Wilcoxon* por ser indicado para testar se duas amostras independentes são provenientes da mesma população ou de populações idênticas. Trata-se de uma alternativa ao Teste T (SIEGEL; CASTELLAN, 2006).

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 AS EMPRESAS GERADORAS DE ENERGIA ELÉTRICA

O Grupo Eletrobrás possuem duas empresas no segmento de geração de energia: a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (Eletrobrás CGTEE) e a Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear). Ambas são vinculadas ao Ministério de Minas e Energia (MME) e foram criadas em 1997. A Eletrobrás CGTEE tornou-se uma empresa do Sistema Eletrobrás em 2000. Ela possui os direitos de exploração e produção de energia elétrica através de suas usinas termelétricas instaladas no Estado do Rio Grande do Sul, onde

encontra-se com abundância sua fonte primária, o carvão mineral. Já a Eletronuclear tem como finalidade operar e construir usinas termonucleares. Suas instalações industriais incluem as usinas Angra 1 e Angra 2.

No que concerne a Diretoria Executiva das referidas empresas, formada por DAS nos níveis 5 e 6, conforme apresenta a Tabela 3, buscou-se analisar a vinculação político-partidária deles, uma vez que representam os mais altos cargos da hierarquia administrativa. Esses podem ser ocupados sem a necessidade de realização de concurso público e, os referidos níveis que estão logo abaixo dos Ministros e Secretários-Executivos, desempenham funções estratégicas governamentais, sendo o nível 6 de maior poder de decisão.

Tabela 3 - Composição da Diretoria Executiva das Geradoras Estatais Brasileiras de Energia Elétrica

GERADORAS	DIRETORIA EXECUTIVA
Eletrobrás CGTEE	1. Diretor Presidente
	2. Diretor Financeiro e de Relações com o Mercado
	3. Diretor Técnico e de Meio Ambiente
	4. Diretor Administrativo
Eletronuclear	1. Diretor Presidente
	2. Diretor de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente
	3. Diretor Técnico
	4. Diretor de Administração e Finanças
	5. Diretor de Operação e Comercialização

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Como estatais dependentes a Eletrobrás CGTEE e a Eletronuclear recebem recursos da União, oriundos do Orçamento de Investimentos para cobertura de despesas com pessoal e para custeio em geral, apresenta-se, na Tabela 4, as receitas totais e despesas totais da Eletrobrás CGTEE e da Eletronuclear, por ciclos políticos.

Tabela 4 - Estatísticas descritivas dos orçamentos executados em R\$ de 2007 a 2014

CICLO 1				
Estatística Descritiva	Eletrobrás CGTEE		Eletronuclear	
	Receita Total (RT)	Despesa Total (DT)	Receita Total (RT)	Despesa Total (DT)
Mínimo	474.321.356	1.227.984.471	2.625.369.904	2.818.337.490
Máximo	1.522.531.854	1.651.052.452	2.790.310.577	3.155.250.914
Média	835.931.891	1.442.842.619	2.727.820.784	3.042.639.514
Mediana	510.942.463	1.449.490.935	2.767.781.871	3.154.330.139
Desvio Padrão	594.894.872	211.612.332	89.437.256	194.251.797
CICLO 2				
Estatística Descritiva	Eletrobrás CGTEE		Eletronuclear	
	Receita Total (RT)	Despesa Total (DT)	Receita Total (RT)	Despesa Total (DT)
Mínimo	676.041.059	1.214.683.412	2.442.729.603	3.793.573.168

Máximo	1.221.602.069	1.422.493.924	3.383.311.379	4.590.053.469
Média	968.518.370	1.318.073.985	2.796.777.252	4.102.013.755
Mediana	988.215.176	1.317.559.302	2.680.534.013	4.012.214.190
Desvio Padrão	275.836.186	85.103.467	413.807.749	377.362.919

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

De acordo com a Tabela 4, cabe destacar que, de acordo com a média, os orçamentos de investimentos das empresas analisadas possuem proporção distintas. A Eletronuclear teve um orçamento aproximadamente três vezes maior que o da Eletrobrás CGTEE no período analisado. E, em ambas empresas, observa-se déficit orçamentário, ou seja, a DT foi maior que a RT. Dessa forma, independente do ciclo político, o comportamento apresentado foi semelhante.

Como a gestão da política fiscal e a execução do orçamento público sofrem interferência pelas escolhas dos governantes voltadas à maximização da possibilidade de sua reeleição ou a de seus aliados, acabam sendo refletidas nos relatórios contábeis. Logo, tanto a análise teórica quanto a evidência empírica relatam clara relação entre resultado macroeconômico e desempenho eleitoral (FERREIRA; BUGARIM, 2007; VICENTE; NASCIMENTO, 2012).

Sendo os dois ciclos políticos da mesma base, ou seja, do Partido dos Trabalhadores (PT), esses orçamentos foram geridos pelos DAS 5 e 6, desempenhando funções de confiança, com gratificações, e suas nomeações foram feitas pelo presidente da República ou por Ministros da época. Contudo, conforme D'Araújo (2009), no governo Lula, todas as nomeações passaram a ser concentradas na Casa Civil, chefiada por José Dirceu, do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse passou a ter competência para prover todos os cargos de DAS da Administração Pública Federal.

Ressalta-se que José Dirceu está preso, desde agosto de 2015. Foi condenado na operação da Polícia Federal denominada “Lava Jato” por ter cometido diversos crimes enquanto esteve como Chefe da Casa Civil. Corroborando D'Araújo (2009) que essa concentração de poderes na Casa Civil podia sugerir uma medida preventiva para a presidência, visando controlar, supervisionar ou talvez restringir indicações políticas feitas pelos integrantes da coalizão de governo.

Esse cenário corrobora com o que proferem Buchanan e Tullock (1965) acerca da *Public Choice*. Eles entendem que o comportamento dos homens de governo é ditado pelos mesmos princípios utilitários, e não pelo altruísmo ou interesse público. Se os agentes atuam no mercado no intuito de maximizar as suas próprias utilidades, por que eles deveriam agir de outra maneira no desempenho de funções públicas?

4.2 INDICADORES DE DESEMPENHO NAS ESTATAIS GERADORAS DE ENERGIA NO BRASIL

Após uma visão geral dos orçamentos da Eletrobrás CGTEE e da Eletronuclear, foram analisados os indicadores econômico-financeiros: o Indicador de Endividamento Oneroso (ID EO), o Indicador de Desempenho Liquidez Corrente (ID LC) e o Indicador de Desempenho Retorno sobre o Ativo Total (ID ROA). Esses dados são disponibilizados pelo SIEST, através do relatório Perfil das Estatais. Cabe ressaltar que, nesse caso, o período de dados disponibilizados corresponde de 2008 a 2014.

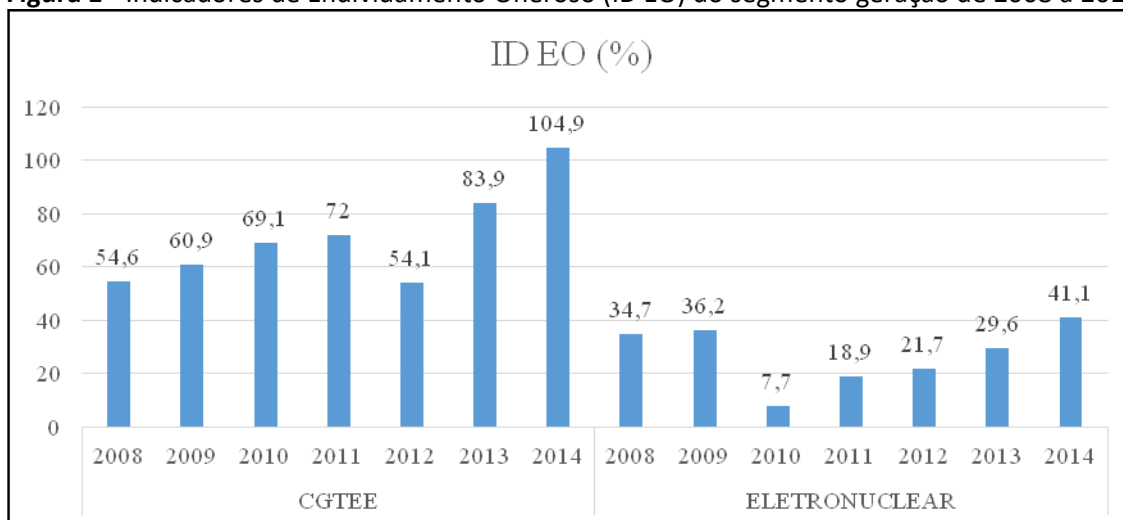
Os indicadores de desempenho são de fundamental importância para o planejamento, o controle, a gestão de metas e para a tomada de decisão. Portanto, são imprescindíveis para a avaliação da empresa. Assaf Neto (2012) apresenta três grandes grupos de indicadores: o grupo de Capital e Risco, o grupo de Rentabilidade e Lucratividade e o grupo de Solvência e Liquidez. De acordo com Souza (2005), os indicadores têm um papel de destaque nas sociedades modernas por facilitarem a divulgação do comportamento dos diversos setores. Também permitem a análise, muitas vezes comparativa, da sua evolução.

Ainda, cabe destacar, que no setor elétrico, a ANEEL define indicadores de desempenho. Contudo, são restritos para avaliar a percepção que os consumidores têm das distribuidoras de energia elétrica, não em relação ao desempenho financeiro das mesmas. A referida reguladora ainda tinha a missão de editar o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, mantendo-o atualizado ao longo do tempo, possibilitando seu efetivo exercício de regulação e fiscalização. Porém, no mesmo não consta a relevância de *disclosure* dos indicadores econômico-financeiros. Apenas no Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica é que

se encontram tais relevâncias desses indicadores, mencionados no item dimensão econômico-financeira.

Dessa forma, iniciando pelo Indicador de Endividamento Oneroso (ID EO), disponibilizado pelo SIEST através do relatório Perfil das Estatais, referente ao período de 2008 a 2014, apresenta-se, na Figura 1, o comportamento das empresas em análise.

Figura 1 - Indicadores de Endividamento Oneroso (ID EO) do segmento geração de 2008 a 2014



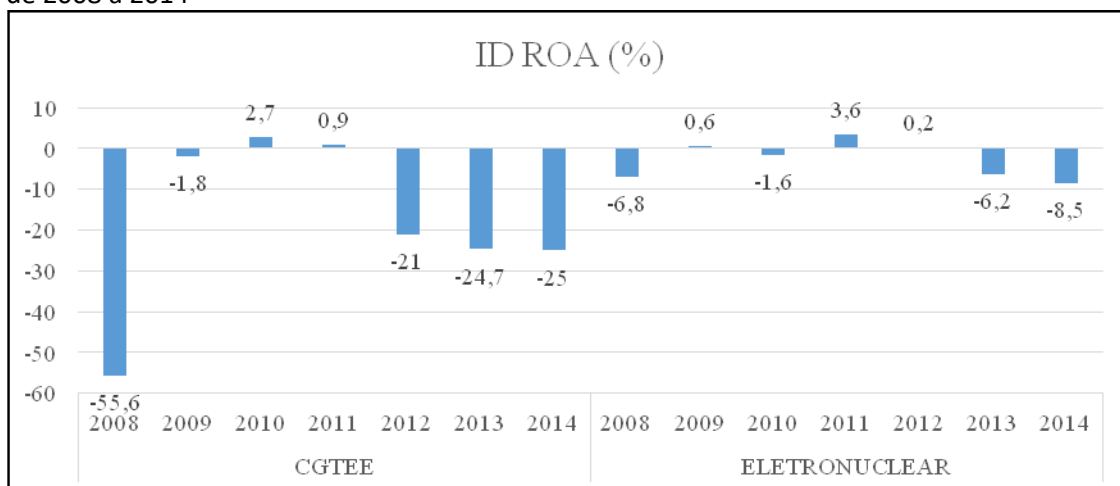
Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Diante da Figura 1 (ID EO), pode-se observar que a Eletrobrás CGTEE chegou a aproximadamente dobrar de percentual de 2008 (54,6%) para 2014 (104,9%). Enquanto que a Eletronuclear, na média, se manteve dentro do percentual inicial de 2008 (34,7%), exceto quanto ao exercício financeiro de 2010 quando alcança seu menor percentual (7,7%). Dentro desse cenário, dois exercícios financeiros chamam a atenção por coincidirem com períodos de eleições presidenciais: o de 2010, com 7,7% de ID EO na Eletronuclear, quando ocorre mudança de Presidente da República (término de gestão) e o de 2014, 104,9% com reeleição de Presidente da República.

Contudo, como não é possível inferir sobre esses aspectos observados, o que se pôde obter nos Relatórios de Administração foi que, para 2010, a justificativa consiste nas variações monetárias que ocorreram sobre os financiamentos na Eletronuclear. Enquanto que, na Eletrobrás CGTEE, a justificativa se dá pelas oscilações das taxas de juros de mercado que impactaram as referidas despesas, relativas a contratos de captação externa.

Por sua vez, o comportamento das empresas em análise, em relação ao Indicador de Desempenho Retorno sobre o Ativo Total (ID ROA), apresenta-se na Figura 2.

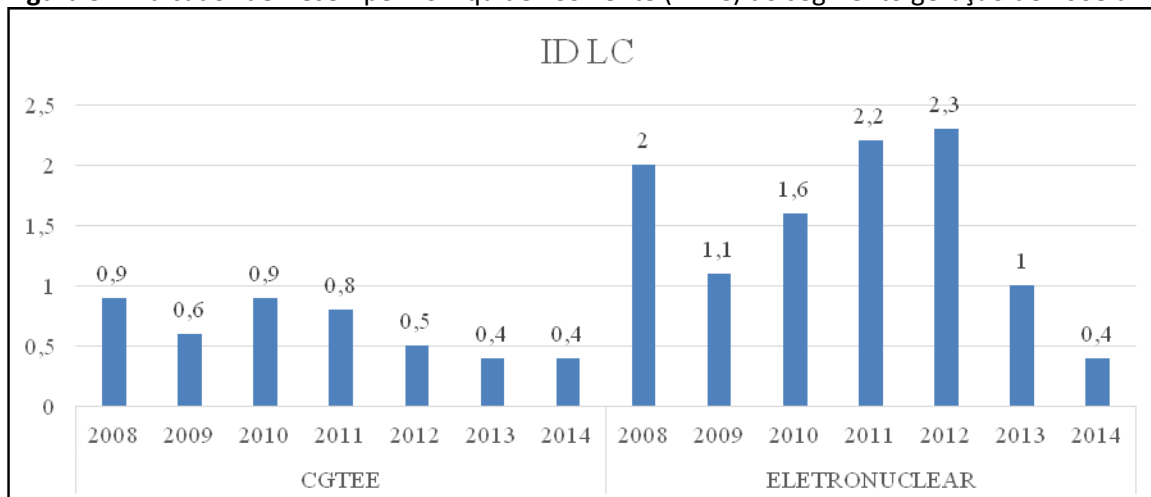
Figura 2 - Indicadores de Desempenho Retorno sobre o Ativo Total. (ID ROA) do segmento geração de 2008 a 2014



Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Conforme ID ROA na Figura 2, pode-se observar um comportamento visivelmente desfavorável e instável. Na Eletrobrás CGTEE, de modo negativo: de -55,6% em 2008 para -25% em 2014. Já a Eletronuclear apresenta apenas três exercícios de modo positivo (2009, 2011 e 2012), mas os demais são negativos, chegando em 2014 a -8,5%. Assim, quanto a rentabilidade das operações da empresa em relação aos seus ativos médios – que consiste em quanto maior, melhor –, ambas as empresas não apresentam resultados esperados. E, em relação ao Indicador de Desempenho Liquidez Corrente (ID LC), verifica-se seu comportamento na Figura 3.

Figura 3 - Indicador de Desempenho Liquidez Corrente (ID LC) do segmento geração de 2008 a 2014



Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

O ID LC na Eletrobrás CGTEE, entre 2008 e 2011, sinalizou tendência linear média 0,8 da capacidade de pagamento no curto prazo; exceto em 2012, 2013 e 2014, quando ela é reduzida pela metade (0,4). Na Eletronuclear, ocorre tendência linear crescente e alcança 2,3 em 2012 de capacidade de pagamento no curto prazo, mas nos exercícios financeiros seguintes cai significativamente, alcançando 0,4 em 2014. Ressalta-se que a interpretação desse indicador consiste em: quanto maior, melhor.

Desse modo, a análise dos indicadores contábeis e financeiros para avaliação de desempenho, geralmente, são realizadas com base em comparações. Pela literatura contábil, essa é uma das formas de analisar a situação das finanças públicas, bem como contribuir para o que atribuem como função da controladoria. É através delas que se pode obter informações para a construção das mais variadas análises e estudos (BEZERRA; CORRAR, 2006; SCARPIN; SLOMSKI, 2007; ASSAF NETO, 2009).

Cabe ressaltar, quanto a avaliação desses indicadores, que a situação das estatais geradoras de energia nos dois ciclos políticos revelam indícios de ineficiência, diante do elevado nível de endividamento e o retorno sobre o ativo não corresponder ao mínimo esperado. De acordo com Figueiredo Filho et al. (2013), os indicadores permitem estimar a efetividade das ações governamentais e avaliar em que medida o dinheiro público está sendo eficientemente utilizado.

Buchanan (1949) observou bem quando proferiu que o economista e o político trabalham com vetores distintos – o primeiro tem por parâmetro fundamental em suas tomadas de decisão a eficiência, procurando sempre a alocação ótima dos recursos escassos; enquanto o segundo tem por parâmetro a conquista e a manutenção do poder. Para ele, a teoria e a prática das finanças públicas deveriam ser revisadas para relacionar a distribuição individual do custo público à distribuição individual de benefícios, de modo que as pessoas pudessem visualizar o que eles recebem em troca dos impostos que pagam.

Nesse sentido, partindo do viés de nomeação dos DAS 5 e 6 que são responsáveis pela gestão dessas estatais, quando ambos vetores citados por Buchanan se associam, torna-se pouco provável que a eficiência seja alcançada. Considerando que o escopo

principal deste trabalho é analisar a vinculação político-partidária desses dirigentes de alto nível, é de bom alvitre lembrar que esses resultados são reflexos da aplicação dos recursos públicos. Esse comportamento observado nos dois ciclos políticos não correspondem às características que primam por uma boa governança no setor público. Há, assim, uma preocupação inquietante em decorrência da influência política que os dirigentes dessas empresas podem sofrer, de modo que a racionalidade econômica seja suplantada pelos interesses dos políticos envolvidos na tomada de decisões.

4.3 VINCULAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA NAS ESTATAIS GERADORAS DE ENERGIA NO BRASIL

Após observar o cenário das empresas do Grupo Eletrobrás geradoras de energia no que concerne aos orçamentos de custeio e investimentos e aos indicadores financeiros, parte-se para verificar a vinculação político-partidária dos dirigentes de alto nível ocupantes da estrutura apresentada, anteriormente, na Tabela 3. No período de 2008 a 2014, o segmento de geração de energia do Grupo Eletrobrás teve sessenta e três (63) dirigentes, distribuídos conforme apresenta a Tabela 5, apresentados em três divisões: A, B e C. O bloco A apresenta a frequência dos filiados e não filiados a partidos políticos, o bloco B dos doadores de recursos financeiros a partidos políticos e o bloco C a filiação partidária.

Tabela 5 - Vinculação político-partidária dos dirigentes de alto nível das Geradoras de 2008 a 2014

DIVISÕES DA TABELA 2	DIRIGENTES	CGTEE		ELETRONUCLEAR		TOTAL	
		QNT	%	QNT	%	QNT	%
A	DAN	28	100%	35	100%	63	100%
	DF	17	61%	13	37%	30	48%
	DNF	11	39%	22	63%	33	52%
B	DD	28	100%	15	43%	43	68%
	DDF	17	61%	7	47%	24	56%
	DDNF	11	39%	8	53%	19	44%
C	DF PT	17	100%	0	0%	17	57%
	DF PSDB	0	0%	7	54%	7	23%
	DF PMDB	0	0%	6	46%	6	20%

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Conforme Tabela 5, na divisão A se tem a distribuição dos 63 DAN, sendo 30 DF e 33 DNF. Na CGTEE, foram identificados 28 DAN; na Eletronuclear, 35 DAN, dos quais, cabe destacar, 14 foram candidatos a cargos eletivos no período em análise. Já na divisão B, tem-

se que dos 63 em análise, 43 dirigentes foram doadores, sendo 24 DF e 19 DNF, ressaltando que o maior número de filiados foi constatado na CGTEE e que 100% dos DD (43) fizeram doações ao PT. Por sua vez, na divisão C está a distribuição dos 30 DF por vinculação partidária, sendo o PT o partido de maior concentração, com 17 DF na CGTEE.

Dos DF, 57% são vinculados ao PT, 23% ao PSDB e 20% ao PMDB. No período observado (2008 a 2014), os partidos PT e PMDB formavam a base de coalizão que governava o Brasil. Ainda, curiosamente, dentro desses existem doações destinadas ao PT por parte de dirigente filiado ao PSDB, partido de oposição ao governo da época.

Assim, diante do exposto, pode se verificar que a CGTEE possui a maior vinculação político-partidária dos DAN do segmento geração. Entretanto, seus indicadores não foram positivos dentro dos aspectos analisados. Em contrapartida, seu orçamento é aproximadamente um terço do orçamento da Eletronuclear.

Apesar dessa vinculação partidária, faz-se necessário destacar outro aspecto que foi observado nesse estudo, no que diz respeito a qualificação técnica dos DAS 5 e 6 de ambas empresas analisadas, pois corrobora com D'Araújo (2009). Ele informava que, no Governo Lula, as indicações de gestores recaíam sobre um grupo com credenciais que os habilitavam a exercer altas funções. Portanto, seria rigoroso afirmar que são cargos providos apenas por critérios clientelistas, já que seguem um determinado padrão de recrutamento, baseado em determinações da Constituição Federal.

Entretanto, os resultados financeiros alcançados pelas empresas no período analisado parecem reforçar o pressuposto da *Public Choice* de que o auto interesse é a principal explicação para o comportamento humano. Apesar de suas credenciais, a gestão realizada não promoveu melhoria de desempenho às empresas analisadas.

De modo geral, a análise de perfil dos DAN corrobora com o que D'Araújo (2009) apurou em sua pesquisa em relação aos DAS. Os ocupantes desses cargos mantêm expressivas ligações com o PT, com sindicatos, centrais sindicais, movimentos sociais e organizações de gestão local. E, mesmo esperando encontrar essas características entre os membros do governo Lula, é questionável os efeitos que esses envolvimento possam ter sobre o exercício da função de dirigente público e a qualidade da gestão. Trata-se, em suma,

de uma burocracia politizada e socialmente engajada cujos resultados no período não garantiram uma relação positiva com o desempenho das empresas analisadas.

4.4 O TESTE DE WILCOXON

O teste de *Wilcoxon* foi utilizado para responder a questão central apresentada na introdução deste estudo. O ciclo 1, de 2008 a 2010, e o ciclo 2, de 2011 a 2014, corresponderam a sete (7) exercícios financeiros, e não oito (8) – devido a disponibilização dos dados no (SIEST) começarem pelo exercício de 2007. Destaca-se ainda que esse fato das variáveis de indicadores de desempenho e de dirigentes em nada comprometeu a aplicação do referido teste. Afinal, de acordo com Levine, Stephan, Krehbiel & Berenson (2012), sempre que dois tamanhos de amostras são diferentes, a estatística do teste de *Wilcoxon* é definida como a soma das classificações atribuídas aos itens na amostra de menor tamanho.

Assim, a Tabela 6 apresenta os resultados dos Indicadores ID EO (%), ID LC, ID ROA (%), por ciclos políticos, das geradoras de energia do Grupo Eletrobrás. A estatística descritiva apresenta as medidas de tendência central, sendo a análise realizada em função da média, enquanto que a mediana e o desvio-padrão confirmam uma boa aderência aos dados. Sendo levantadas as seguintes hipóteses:

- H0: não existe diferença estatisticamente significativa entre os ciclos políticos no que se refere aos indicadores de desempenho;
- H1: existe diferença estatisticamente significativa entre os ciclos políticos no que se refere aos indicadores de desempenho.

Tabela 6 - Teste não paramétrico de Wilcoxon para os indicadores

Indicador	Ciclo 1			Ciclo 2			Teste Wilcoxon	
	Média	Desvio-padrão	Mediana	Média	Desvio-padrão	Mediana	Z	Sig. (bicaudal)
EO	43,867	22,329	45,400	46,700	27,455	41,850	-0,734	0,463
LC	1,183	0,519	1,000	1,200	0,841	0,900	-0,315	0,752
ROA	-10,417	22,361	-1,700	-7,867	12,100	-3,000	-0,314	0,753

Z – Estatística do teste de Wilcoxon; Sig. (bicaudal) – Significância estatística (p-valor).

ID EO - Indicador de Endividamento Oneroso.

ID LC - Indicador de Desempenho Liquidez Corrente.

ID ROA - Indicador de Desempenho Retorno sobre o Ativo Total.

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Como o Indicador EO mede a participação de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis em relação ao total do passivo – interpretado em "quanto menor, melhor", diante da Tabela 6, no período em análise –, pode-se observar que a menor média (43,8%) se encontra no ciclo 1. Ao analisar o Indicador LC – que mensura a capacidade de pagamento no curto prazo, interpretado em "quanto maior, melhor" –, pode-se observar que a maior média (1,2) está no ciclo 2. Por sua vez, o Indicador de Desempenho ROA – que mede a rentabilidade das operações da empresa em relação aos seus ativos médios, interpretado no desempenho da empresa em "quanto maior, melhor" –, a média menos negativa foi a do ciclo 2 (-7,867%).

Ao nível de significância de 5% (bicaudal), não foi possível rejeitar a hipótese nula para todos os indicadores analisados. Ou seja, há indícios que não existe diferença estatisticamente significativa entre os ciclos de governo no que se refere aos indicadores financeiros das geradoras de energia em análise.

Em seguida, o mesmo Teste de *Wilcoxon* foi aplicado para verificar se existe diferença entre a vinculação político-partidária dos DAN das geradoras de energia do Grupo Eletrobrás por ciclos político-orçamentários. A Tabela 7 apresenta os resultados, sendo levantadas as seguintes hipóteses:

- H0: não existe diferença estatisticamente significativa entre os ciclos políticos em relação a vinculação partidária dos DAN;
- H1: existe diferença estatisticamente significativa entre os ciclos políticos em relação a vinculação partidária dos DAN.

Tabela 7 - Teste não paramétrico de Wilcoxon para a vinculação partidária dos DAN

	Ciclo 1			Ciclo 2			Teste Wilcoxon	
	Média	Desvio-padrão	Mediana	Média	Desvio-padrão	Mediana	Z	Sig. (bicaudal)
Vinculação político-partidária	4,846	4,415	3,000	6,115	5,509	5,500	-2,540	0,011

Z – Estatística do teste de Wilcoxon; Sig. (bicaudal) – Significância estatística (p-valor).
Dirigentes de Alto Nível (DAS 5 e 6).

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Assim, ao nível de significância de 5% (bicaudal), rejeita-se a hipótese nula (p-valor 0,011). Ou seja, há indícios que existe diferença estatisticamente significativa entre os ciclos de governo no que se refere a vinculação político partidária dos Dirigentes de alto nível. Assim, foi observada a maior média de vinculação no ciclo 2.

De modo geral, ao final, é possível perceber, nesse recorte em análise, que, em ambos ciclos políticos observados, a situação é semelhante no que se refere aos indicadores de desempenho. E vale ressaltar que não foram favoráveis. Todavia, quanto à vinculação partidária, eles são diferentes.

Nessa perspectiva, o que chama a atenção é o que profere Pereira (1997). Para ele, o estudo do funcionamento da burocracia, dos grupos de interesse e do seu papel no desenho das políticas, das regras e procedimentos formais como partidos políticos, sistemas eleitorais e tomada de decisão coletiva dão uma visão mais clara do funcionamento do setor público. Já a *Public Choice* expõe alguns problemas inerentes ao sistema identificados como “fracassos do governo”. Ela aponta, ideologicamente, que o foco não é para menos Estado, mas, sim, para melhor Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da questão central, foi possível observar que, em relação aos indicadores, o desempenho das geradoras de energia do Grupo Eletrobrás revelou resultados deficitários durante o período analisado, sem evidências de diferença estatisticamente significativa entre os dois ciclos políticos. Já em relação a vinculação político-partidária, o segundo ciclo apresentou maior média, com evidências de diferença estatisticamente significativa.

Destaca-se, assim, que a maior vinculação político-partidária dos dirigentes de alto nível esteve relacionada ao Partido dos Trabalhadores, sendo esse que esteve à frente do Governo Federal na janela temporal pesquisada.

Esses resultados levantam reflexões sobre a temática, tendo como foco os DAS 5 e 6, o papel e as atribuições que esses cargos possuem na gestão e no desempenho das empresas estatais. As características de nomeação do cargo não negam o viés da

possibilidade de se fazer uso político, afinal, são postos de confiança, de indicações partidárias que compõem a coalizão governamental.

Da mesma maneira, devemos refletir sobre a identificação de doações financeiras realizadas ao partido da base do governo, pelos dirigentes filiados ou não filiados a partidos políticos. Isso reforça o caráter do aparelhamento do setor público, por grupos organizados, em prol de promoverem os seus próprios interesses, muitas vezes em detrimento do interesse público; o que corrobora com o pressuposto da *Public Choice*.

Nesse contexto, surge, também, algumas questões sem respostas, como: Será que a privatização de tais empresas não traria a competitividade necessária para que seus resultados fossem sustentáveis? Será que a melhoria no sistema de regulação não seria suficiente para que o Estado pudesse interferir no mercado, sem a necessidade de manter empresas sob sua gestão, imputando custos aos contribuintes?

Por fim, cabe levantar a questão a ser enfrentada relacionada a dicotomia entre política e burocracia. Pois, essa elite dirigente, com poder político, econômico e intelectual, acaba por perder sua legitimidade perante a sociedade quando os resultados econômico-financeiros da aplicação dos recursos públicos não condizem ao esperado, em especial em tempos de ajuste fiscal como o Brasil tem enfrentado ao longo dos últimos anos.

Ressalta-se, nessa pesquisa, a limitação do segmento que não pode ser suprimida, devido ao fato de não existir no mercado brasileiro empresa privada de energia nuclear. Contudo, espera-se promover uma expansão dessa discussão, contribuindo para fomentar uma reflexão mais profunda sobre a temática. Assim, sugere-se que estudos futuros busquem analisar processos de regulação pelo Estado, o desempenho das estatais no contexto das privatizações, a verificação de outros indicadores além dos utilizados e, também, em outros setores.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/>> Acesso em: 30 jan. 2017.

ANDREWS, C.; KOUZMIN, A. O discurso da nova administração pública. **Lua Nova**, n. 45, p. 97-129, 1998.

ASSAF NETO, A. **Finanças Corporativas e Valor**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BASSO, L. F. C.; SILVA, M. R. Reflexões Sobre a Regulamentação. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 67-85, 2000.

BEZERRA, F. A.; CORRAR, L. J. Utilização da análise fatorial na identificação dos principais indicadores para avaliação do desempenho financeiro: uma aplicação nas empresas de seguros. **Revista de Contabilidade e Finanças – USP**, São Paulo, n. 42, p. 50-62, set./dez. 2006.

BOYER, R. **A Teoria da Regulação**: uma análise Crítica. São Paulo: Nobel, 1990.

BORGES, A. Democracia vs. eficiência: a teoria da escolha pública. **Lua Nova**, n. 53, p. 159-179, 2001.

BRASIL. **Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0200.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa de 1988**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, nº 191-A, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996**. Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9427cons.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 2.335, de 06 de outubro de 1997**. Constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL, autarquia sob regime especial, aprova sua Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2335.HTM>. Acesso em: 30 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009**. Estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, organiza sob a forma de sistema as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6944.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 8.886, de 24 de outubro de 2016.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8886.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

BUCHANAN, J. M. The pure theory of government finance: a suggested approach. **Journal of Political Economy**, v. 57, p. 496-506, 1949.

BUCHANAN, J.M.; TULLOCK, G. **The Calculus of Consent.** USA: University of Michigan Press, 1965.

CÂMARA, L. M. O cargo público de livre provimento na organização da administração pública federal brasileira: uma introdução ao estudo da organização da direção pública na perspectiva de estudos organizacionais. **Revista de Administração Pública**, v.43, n.3, p. 635-659, 2009.

CAMPOS, H. A. Falhas de mercado e falhas de governo: uma revisão da literatura sobre regulação econômica. **Prismas: Dir., Pol. Publ. e Mundial**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 341-370, jul./dez. 2008.

CANUTO, O. . O Aporte da Regulação Capitalista. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 1988, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 1988. p. 0-0.

COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA. Disponível em: <<http://cgtee.gov.br/>>. Acessado em: 12 set. 2016.

COSTA, F. L. Brasil: 200 anos de Estado, 200 anos de administração pública, 200 anos de reformas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 829-874, set./out. 2008.

D'ARAÚJO, M. C. **A elite dirigente do governo Lula.** Rio de Janeiro: FGV/Cpdoc, 2009.

D'ARAÚJO, M. C. **Redemocratização e mudança social no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS. Disponível em: <<https://gerta.dest.planejamento.gov.br/gerta/public/pages/acessoPublico.jsf>>. Acesso em: 12 set. 2016.

ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. Disponível em: <<http://www.eletronuclear.gov.br/>>. Acesso em: 12 set. 2016.

FERREIRA, I. F.S.; BUGARIN, M. S. Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 3, p. 271-300, 2007. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402007000300001>>. Acesso em: 05 out. 2016.

- FIGUEIREDO FILHO, D. B.; PARANHOS, R.; ROCHA, E. C.; SILVA JR, J. A.; MAIA, R.G. Análise de componentes principais para construção de indicadores sociais. **Rev. Bras. Biom**, São Paulo, v.31, n.1, p.61-78, 2013.
- LEVINE, D. M.; STEPHAN, D. F.; KREHBIEL, T. C.; BERENSON, M. L. **Statistics for Managers using MS Excel**. 6th Edition. Pearson, 2012.
- MASCARENHAS, R.C. Building an enterprise culture in the Public Sector: Reforma of the Public Sector in Austrália, Britain and New Zealand. **Public Administration Review**, v.53, n.1, p.319-328, jul./agos, 1993.
- MATIAS-PEREIRA, J. He effects of the recovery of the patrimonialist model in Brazil. **International Journal of Humanities and Social Science**, v. 3, n. 8, p. 27-38, 2013.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. 2017. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/empresasestatais/coordenacao/historico>>. Acessado em: 12 set. 2016.
- PACHECO, R. S. Regulação no Brasil: desenho das agências e formas de controle. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, v.40, n.4, p. 523-543, 2006.
- PAES DE PAULA, A. P. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 36-49, jan./mar. 2005.
- PEREIRA, P. T. A teoria da escolha pública (*public choice*): uma abordagem neoliberal? **Análise Social**, p. 419-442, 1997.
- RAMALHO, I. S. Regulação e agências reguladoras: reforma regulatória da década de 1990 e desenho institucional das agências no Brasil. In RAMALHO, I. S. (Org.). **Regulação e Agências Reguladoras: governança e análise de impacto regulatório**. Brasília: Anvisa., 2009. p. 125-159.
- RODRIGUES, M. A. V. Democracia vs. eficiência: como alcançar equilíbrio em tempo de crise financeira. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, v.51, n.1, p. 88-104, 2017.
- ROMEIRO. A.R.; SILVEIRA, J.M.J. A teoria da regulação e o enfoque setorial: o papel de destaque da agricultura. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.27, n.3, p. 461-479, 1997.
- SCARPIN, J. E.; SLOMSKI, V. Estudo dos Fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, v.41, n.5, p. 909-933, 2007.
- SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 348-369, mar./abr. 2009.
- SIEGEL, S.; CASTELLAN JUNIOR, N. J. **Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento**. São Paulo: Artimed, 2006.

SILVA, M. S.; GALDI, F. C.; TEIXEIRA, A. M. C. Estudo sobre o efeito das eleições presidenciais no gerenciamento de resultados de empresas atuantes em setores regulados. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 45-68, 2010.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES ESTATAIS. Disponível em:
<<https://camweb.dest.planejamento.gov.br/camweb/grupo?sis=P-GERTA&url=gerta.dest.planejamento.gov.br%2Fgerta%2F>>. Acesso em: 12 set. 2016.

SOUZA, A. M. A relevância dos indicadores educacionais para a educação básica: informação e decisões. In: SOUZA, A. M. (Org.). **Dimensões da avaliação educacional**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, M. C. C. Federalismo no Brasil: aspectos político-institucionais (1930-1964). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 7-40, jun. 2006.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Consulta a filiação partidária**. Disponível em:
<http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/filiacao-partidaria>>. Acesso em: 12 set. 2016.

VICENTE, E.; NASCIMENTO, L. A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: Um enfoque contábil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, v. 14, p. 106-126, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/rco.v6i14.45402>>. Acesso em: 05 out. 2016.